

DURÃO BARROSO

Extratos duma entrevista relativa à participação dos italianos no processo de Paz, pelo ex- Primeiro-Ministro de Portugal, participante do Acordo de Paz de Roma.

Projecto: Moçambique, Da Guerra e da Paz (2016).

Português

P.: Para alguém que tinha acabado de conhecer África, qual foi a percepção que teve dos problemas que encontrou?

DB: Quando fui a África pela primeira vez, não me lembro exactamente, em que ano foi, fiquei com uma paixão imediata, o chamado amor à primeira vista. Eu acho que muitas pessoas que tiveram a experiência Africana sabem. Há pessoas que intuitivamente se apaixonam por África, há pessoas que nunca conseguem lidar com África, que estão sempre a queixar-se.

Eu uma vez disse a um Embaixador Português que se estava sempre a queixar de tudo: “Olhe, oh Sr. Embaixador, em África está calor.” Ele disse-me: “O que é que Sr. Secretário de Estado o quer dizer com isso?” “Quero dizer que está calor! Se está calor não vale a pena o senhor estar sempre a queixar-se que está calor, faz parte de África estar calor!” Há pessoas que não se adaptam a África, há outras que têm amor à primeira vista por África, foi o que me aconteceu. Não apenas Angola e Moçambique, mas na Guiné-Bissau é um povo extraordinário, com uma capacidade de sacrifício notável, em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Passei lá muitas horas que nunca esquecerei e também noutros Países sem serem os Países de Expressão Oficial Portuguesa.

P.: Confirma que a RENAMO, através duma mediação de Kiplagat¹ do Quénia, terá recuado na ameaça de atacar Cahora Bassa em troca de uma compensação financeira?

Nós, obviamente, estivemos e estive o General Chito Rodrigues nessas negociações em Nairobi. Acompanhámos isso, nós Portugueses, mas nunca privilegiámos essa via, achámos que havia outras vias mais eficazes para trabalhar para a paz em Moçambique, nomeadamente, a Igreja Católica Moçambicana e também, depois, a Comunidade de Sant’Egidio².

Mas, na realidade o papel, a meu ver, mais importante foi aí a Igreja Católica Moçambicana. A Comunidade de Sant’Egidio surge como uma entidade externa que,

¹ Bethuel Abdu Kiplagat (28 de Novembro de 1936, Quénia) Embaixador do Quénia na França (1978-1981) e no Reino Unido (1981-1983) e Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional no Quénia, de 1983 a 1991. Esteve estreitamente envolvido nos esforços de resolução de conflitos do Continente africano, particularmente na África Oriental. Foi conselheiro especial de política externa do Presidente Arap Moi.

² A Comunidade de Sant’Egidio é uma organização católica fundada em 1968 no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, evangelização e promoção da paz

portanto, internacionaliza o assunto e de certa forma lhe dá um maior impacto.

Eu tive muitos contactos com a Comunidade de Sant'Egidio nessa altura, mesmo muitos e Portugal, se quisermos ser justos, Portugal teve um papel muito importante na procura da paz para Moçambique, mas houve uma diferença muito importante entre Angola e Moçambique: é que Angola, o Governo Angolano não teve problemas em pedir ao Governo Português para fazer esse papel de mediação. O Governo Moçambicano não quis que Portugal aparecesse, por razões que eu compreendo e respeito profundamente.

Precisamente pelo facto de Portugal ser a antiga potência colonial, provavelmente, porque havia falta de confiança nalgumas forças que se movimentavam em Portugal a favor da RENAMO. Embora eu ache que houvesse uma essencial confiança do Governo da FRELIMO no Governo Português da altura. Mas havia uma inibição que eu percebo perfeitamente e respeito em relação a que Portugal tivesse um papel de maior visibilidade.

Mas posso-lhe garantir, porque eu acompanhei isso dias e noites a seguir, que na realidade, Portugal teve um papel muito importante, até na redacção dos próprios Acordos finais de Paz, que foram redigidos em Português e que foram diplomatas Portugueses que redigiram esse acordos, em cooperação com os parceiros do lado da FRELIMO e do Governo Moçambicano e da RENAMO.

Agora a Itália, por estar mais distante, poderia parecer mais objectiva e a Itália, nomeadamente, o Secretário de Estado Raffaelli³, também usou essa oportunidade e bem. Portugal, ao contrário do que às vezes disseram vozes mal-intencionadas, porque na diplomacia também há ciúmes, não é só entre namorados e namoradas e maridos e mulheres, procuraram dizer que Portugal contrariava os esforços dos outros.

Isso não é verdade, pelo menos da parte do Governo e da minha intervenção não é verdade, nós fizemos tudo para que o objectivo, a paz fosse alcançada e a verdade é que, quando os Acordos de Paz foram assinados em Roma, o Presidente Chissano veio comigo no avião da Força Aérea Portuguesa a Lisboa agradecer ao Primeiro-ministro Cavaco Silva, ao Governo Português o que Portugal tinha feito.

Eu estive em Roma nos Acordos de Paz, representando o Governo Português com Chissano e com Dhlakama. Mas o Presidente Chissano a primeira visita que quis fazer, logo a seguir, foi vir a Portugal agradecer. Portanto, ele sabia bem que Portugal tinha trabalhado muito para a paz em Moçambique e eu acho que nós Portugueses devemos estar orgulhosos disso e também não fizemos mais do que a nossa obrigação, porque, ao fim e ao cabo, também nós tínhamos uma dívida - e que dívida - perante o Povo Moçambicano.

Qual foi o papel de Portugal no processo dos acordos de paz? Porquê Itália no palco das negociações e não Portugal?

DB: Eu acho que o que se passou em relação a essa história do envolvimento de

³ **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político Italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o Governo Italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a RENAMO.

Portugal no processo de paz de Moçambique tem a ver com o facto de, estando nós tão implicados como o mediador central no processo de Angola, se entender por simetria, ou por analogia, que o mesmo devia acontecer em Moçambique.

Bom, uma coisa não implica necessariamente a outra. Como disse, Portugal teve um papel muito importante, discreto, mas muito importante, eu diria mesmo decisivo. Aliás, os interlocutores de ambos os lados, se quiserem ser sinceros, reconhecem-no e a mim disseram-mo.

Agora, era natural que alguns meios na imprensa Portuguesa quisessem também jogar até de forma clubística com isso, não sei, não lhe posso dizer o que é que explica essas referências na imprensa Portuguesa à necessidade de substituir a Itália.

A Itália fez o seu trabalho, é verdade que para a Itália a questão de Moçambique não tinha a mesma importância simbólica e afectiva que tinha para Portugal, era uma questão que na agenda diplomática Italiana estava, sem dúvida, presente, mas não estava nas prioridades. Enquanto para Portugal a questão Angolana e a questão Moçambicana eram, talvez, as questões mais importantes para a diplomacia Portuguesa.

O nosso envolvimento emocional era maior, mas a Itália fez o seu trabalho, a Comunidade Sant'Egidio fez um trabalho muito importante a meu ver mas, eu repito, é importantíssimo reconhecer o papel da Igreja Católica Moçambicana, porque foi aí que começaram – de acordo com as informações que eu tive na altura e agora, quando já se passaram muitos anos – algumas das primeiras manifestações de que poderia haveria paz um dia.

Havia Sacerdotes Católicos que estavam dos dois lados do conflito e faziam-nos chegar essa visão e também isso nos fazia chegar os Serviços de Informação Militar Portugueses que havia hipóteses de um dia se estabelecer a paz, isto numa altura em que muita imprensa internacional, nomeadamente de língua Inglesa, dizia exactamente o contrário: que a RENAMO era apenas um bando de malfeitores – de terroristas, era a expressão – e que não havia hipótese de haver um diálogo político com o Governo.

A Igreja Católica, a Comunidade de Sant'Egidio, Portugal, Itália acreditaram que, embora complexa a realidade Moçambicana e a própria RENAMO, se devia apostar no diálogo para a paz. A verdade é que esse diálogo veio a ter sucesso e até mais sucesso do que o diálogo Angolano numa primeira fase, porque não podemos esquecer-nos que o processo de Bicesse⁴ foi, de facto, um êxito, na medida em que se conseguiu o acordo das partes para a realização das primeiras eleições livres e democráticas, mas a verdade é que depois não foi respeitado e foi flagrantemente violado.

Enquanto o processo de Moçambique, com algumas curvas e contracurvas e com

⁴ A realização dos **Acordos de Bicesse** foi promovida por Durão Barroso enquanto Secretário de Estado dos Assuntos Externos e Cooperação de Portugal. O acordo foi assinado na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, no Estoril, Portugal, por José Eduar do dos Santos (MPLA) e Jonas Savimbi (UNITA) em Maio de 1991. O acordo estipulou que seriam realizadas as primeiras eleições livres e democráticas em Angola, supervisionadas pelas Nações Unidas, assim como todas as forças beligerantes seriam integradas nas Forças Armadas Angolanas, cabendo ao Estado Português, através das suas próprias Forças Armadas, ministrar a formação necessária. Apesar dos esforços internacionais, da assinatura deste acordo e do Protocolo de Lusaka a guerra civil em Angola continuou até 2002.

alguns acidentes, no essencial a paz tem sido mantida e isso é tão importante para Moçambique e para o povo Moçambicano.

Qual é o momento mais emocional de que se recorda neste seu percurso?

DB: Um dos momentos que me recordo com mais emoção é, obviamente, o Acordo⁵ em Roma, em que estive presente e em que pude felicitar o Presidente Chissano e o Presidente da RENAMO, Dhlakama, o encontro com o Papa, a vinda cá a Portugal logo a seguir ao Acordo de Roma do Presidente Chissano que veio no avião da Força Aérea Portuguesa agradecer ao Governo Português, ao Primeiro-ministro Português e ao Povo Português o nosso empenho na paz para Moçambique. Esse foi o momento, talvez, dos mais emocionantes que tive na procura da paz para Moçambique.

Depois houve outros momentos muito interessantes que não foram tão emocionais do ponto de vista, digamos, dos valores envolvidos, mas curiosos. Um dos momentos mais curiosos para mim foi o meu primeiro encontro com Dhlakama, porque se punha a questão: “Mas quem é, afinal, este Dhlakama?” Não havia nenhum governante Europeu ou Ocidental que se tivesse até então encontrado com ele e contavam-nos as histórias mais terríveis. Sobretudo que era uma pessoa impiedosa, responsável por grandes atrocidades e que era alguém ligado às questões militares e não às questões políticas.

Bom, por isso eu estava naturalmente curioso antes de receber o Sr. Dhlakama, nessa reunião que foi secreta, mais tarde veio a saber-se, depois, na altura, não foi anunciada. Ele, enquanto esperou uns breves minutos, porque chegou uns minutos antes da hora à nossa residência - residência da Missão Portuguesa junto das Nações Unidas em Genebra - e falou com os meus seguranças. Os meus seguranças contaram-me: “É curioso este Dhlakama, porque ele o que quer saber é coisas sobre as nossas armas.”

Eu achei extremamente curioso que um líder de um movimento como aquele comece a discutir com os seguranças questões sobre as armas, as pistolas que eles traziam. Bom, e depois falei com Dhlakama. A minha primeira convicção ao fim de alguns minutos era de que se podia fazer a paz com ele e era curioso como o Presidente Dhlakama se exprimia num Português não muito desenvolvido, na altura, mas, a meu ver, com alguma sinceridade.

Portanto, era com certeza um guerrilheiro que estava ali, mas eu vi que também podia ser alguém que podia ajudar-nos a obter a paz em Moçambique. Curiosamente, em contraste com a imagem de todas as atrocidades que eram atribuídas à RENAMO e muitas coisas atroz se passaram em Moçambique naquela guerra, parecia uma pessoa muito gentil, muito reservada, tímida. Isto é das coisas interessantes que às vezes há na política, é a imagem pública e a realidade dos líderes políticos.

Por isso foi um dos momentos que guardei da minha experiência Moçambicana, embora o momento mais importante tenha sido obviamente o momento da Paz em Moçambique.

Tive também, obviamente, muitas horas passadas com os Governantes

⁵ **Acordo Geral de Paz**, assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992, por Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO e por representantes dos mediadores, a Comunidade de Santo Egídio, da Itália, pôs fim a 16 anos de guerra civil

Moçambicanos, nomeadamente com o Presidente Chissano, com o Ministro Pascoal Mucumbi⁶ que era um dos meus contactos mais frequentes na altura, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Cooperação Jacinto Veloso e muitos outros, porque, nessa altura, como eu era Secretário de Estado não tinha as tarefas que tive mais tarde como Primeiro-ministro ou Presidente da Comissão Europeia, tinha tempo e, graças a Deus, essas pessoas também me davam tempo. Eu gostava muito, quando íamos a Moçambique e estávamos horas e horas e horas a falar, às vezes bebendo um copo com as pessoas, para tentar compreender.

Eu penso que este ponto é importante: com África é preciso termos tempo. Às vezes, há uns diplomatas ocidentais que julgam que estas coisas se resolvem assim de um dia para o outro, não: é preciso ter tempo, investirmos nas pessoas, mostrarmos interesse pelas pessoas, criarmos confiança. É por isso que, às vezes, não se pode deixar isto a figuras de grande plano porque essas figuras de grande plano não têm tempo, têm muitas outras coisas que fazer, têm que ser, como eu era na altura, apenas um jovem Secretário de Estado.

Passei horas e horas a falar com os interlocutores de Moçambique, às vezes alguns deles receberam-me até em suas casas, às vezes no hotel, para me explicarem as origens do conflito, as sensibilidades e se era ou não era possível a paz.

Encontrei sempre, mesmo em posições difíceis, o Sr. Guebuza⁷, mais tarde Presidente Guebuza, era um negociador extremamente duro, exigente e inteligente, muitíssimo inteligente, mas eu percebi desde o início que era um homem que queria a paz para Moçambique, obviamente, que queria o bem para o seu povo e acho que esse é que é o ponto importante: é nós também termos tempo e capacidade para investir nestas situações, de maneira a podermos ajudar e é isso que eu acho que Portugal fez, pelo menos, tentou sempre de boa consciência e isso, tentar, já vale a pena.

⁶ **Pascoal Mucumbi** (nascido a 1941) é um médico e político moçambicano. Foi Ministro da Saúde, dos Negócios Estrangeiros (entre 1987 e 1994) e Primeiro-ministro do Governo de Moçambique de 1994 até 2004.

⁷ **Armando Emílio Guebuza** (Murrupula, Nampula, 20 de Janeiro de 1943) foi Presidente de Moçambique entre 2005 a 2015. Juntou-se à FRELIMO em 1963. No Governo de Transição (1974-1975), Guebuza ocupou a pasta da Administração Interna e no primeiro Governo de Moçambique independente a pasta de Ministro do Interior. Foi o Chefe da Delegação do Governo às negociações com a Renamo, em Roma, quando era Ministro dos Transportes. Depois de assinado o AGP – Acordo Geral de Paz, foi nomeado chefe da delegação do Governo na Comissão de Supervisão e Implementação do AGP para Moçambique.